

Direção de Colégio Cívico-Militar de Guarapuava tenta obrigar aluno a cortar o cabelo

“O que que o cabelo influencia na formação do caráter e na educação do meu filho? O que uma coisa tem a ver com a outra?”

Bernardo tem cabelo comprido desde os 7 anos de idade. “Faz parte da personalidade dele”, conta a mãe Silvana Rocha.

Mas, para a direção do Colégio Cívico-Militar Manoel Ribas, de Guarapuava, o jovem estudante – hoje com 12 anos – deveria abrir mão da sua identidade. Cortar os cabelos ou sair da escola.

“O que que o cabelo influencia na formação do caráter e na educação do meu filho? O que uma coisa tem a ver com a outra?”, questiona Silvana.

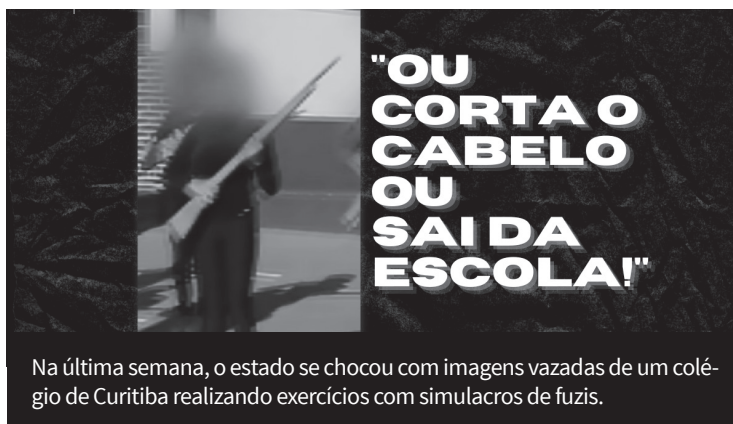
Pressionada pela direção e frustrada com a falta de ação do Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, a mãe procurou a Secretaria da Educação, que apontou a orientação como equivocada e contatou a escola.

“Depois disso, o sargento que é da direção disse que vamos deixar o ‘Bernardo assim como tá por enquanto’”.

A mãe conta que, ao argumentar com a direção e a Seed, fez uso do Art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura o direito à personalidade civil.

Vanda do Pilar Santana, diretora da APP-Sindicato, ressalta que não existe um regimento que permita às direções determinar padrões estéticos de alunos(as).

“A questão é que essas escolas estão se baseando em um manual do aluno simular ao das escolas da Polícia Militar. No entanto, essas regras nunca foram e não devem ser incorporadas ao regimento escolar. Assim, vale o regimento atual que respeita o direito à liberdade de expressão e à diversidade das famílias e estudantes.”



Na última semana, o estado se chocou com imagens vazadas de um colégio de Curitiba realizando exercícios com simulacros de fuzis.

“A questão é que essas escolas estão se baseando em um manual do aluno simular ao das escolas da Polícia Militar. No entanto, essas regras nunca foram e não devem ser incorporadas ao regimento escolar. Assim, vale o regimento atual que respeita o direito à liberdade de expressão e à diversidade das famílias e estudantes”, aponta Vanda Pilar Santana, secretária Geral da APP-Sindicato.

Silvana, que também estudou no Manoel Ribas, lamenta o desrespeito. “Não foi ele que escolheu estudar em uma escola Cívico-Militar. Ele já estava lá quando mudaram, já estava adaptado. Foi uma coisa imposta a ele.”

Os colégios cívico-militares do Paraná têm sido focos de graves denúncias no último período. Em pouco de mais de um mês, um policial aposentado(a) foi detido por assédio sexual dentro da escola, outro por agredir a socos um aluno e um terceiro por acobertar o caso.

Na última semana, o estado se chocou com imagens vazadas de um colégio de Curitiba realizando exercícios com simulacros de fuzis.

A APP-Sindicato ressalta que, em casos de violação do direito das crianças e adolescentes, é importante que pais façam denúncias ao Ministério Público estadual (MP-PR) e ao Sindicato pelo e-mail denuncia@app.com.br.

Escola bonita para quem? Governador Ratinho, educação não é mercadoria!

O programa Escola Bonita do governo Ratinho Jr se tornou mais uma ferramenta de assédio da política de gestão neoliberal para obrigar as escolas a atingirem metas de número de estudantes em sala de aula e do IDEB, sem a mínima consideração com o grave contexto social, econômico e sanitário que afeta a maioria da população paranaense.

Nesta perspectiva, o governo do Paraná responsabiliza, de modo especial, as direções de Escola a buscarem o resultado por si só para depois entregar o prêmio conforme o merecimento.

Repudiamos essa política de mercantilização da educação pública e conclamamos a categoria e toda comunidade escolar a repudiarem o uso do programa Escola Bonita como um campeonato em que somente os melhores, em condições desiguais, serão os mercedores do recurso que é público.

Nossa luta salva vidas!



Receba notícias da APP no seu Whatsapp ou Telegram

Faça parte da Rede APP e fique sempre informado(a)! Acesse o QR code ao lado para mais informações:

